

QJL

jornal de letras, artes e ideias

Ano 11 n.º 47 De 7 a 20 de Dezembro de 1982 Preço 25\$00

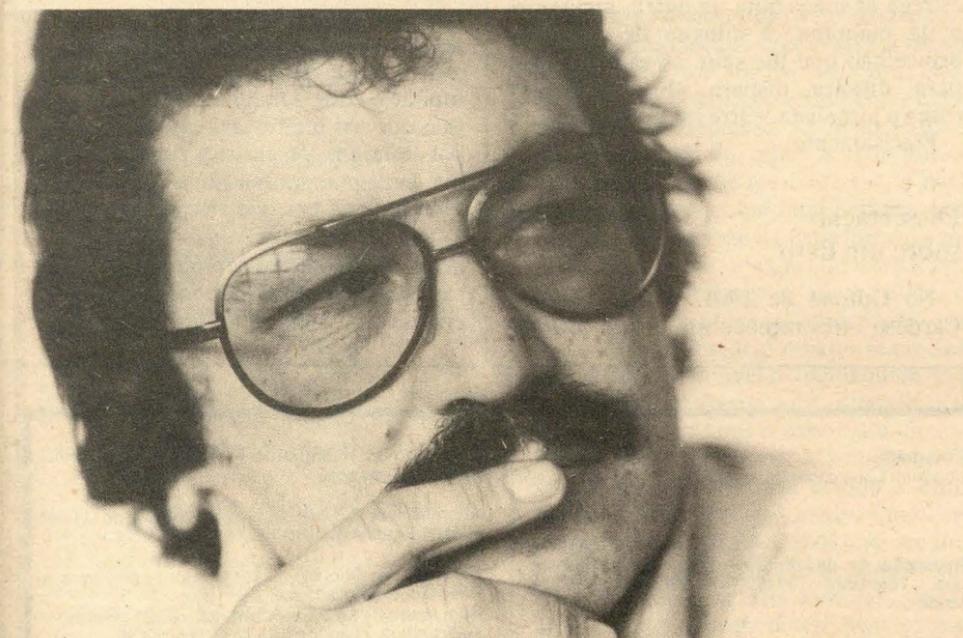
Quinzenalmente, às terças-feiras

Director José Carlos de Vasconcelos



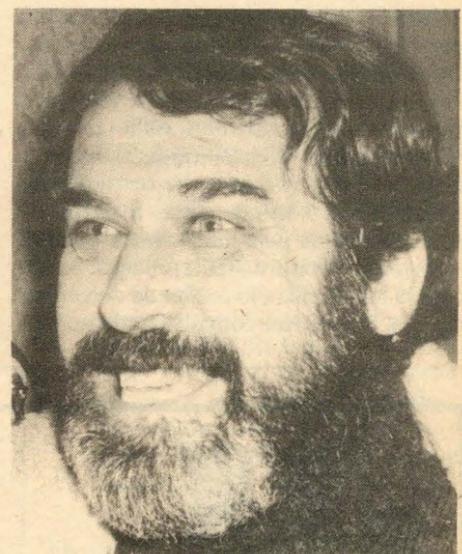
14 anos depois de "O Delfim"

**José
Cardoso Pires:
"balada" sobre
os anos do medo**



**Gageiro
em terra de cores**

**Gutkin:
o teatro
e
o poder**



**Gabriel García Márquez
escreve sobre música**

Na última página do seu novo romance, «Balada da Praia dos Cães», José Cardoso Pires escreve: «entre o facto e a ficção há distanciamentos e aproximações a cada passo, e tudo se pretende num paralelismo autónomo e numa confluência conflituosa, numa verdade e numa dúvida que não são pura coincidência». Porque a «Balada» é, enfim, um romance sobre um facto. Ou seja: uma ficção.

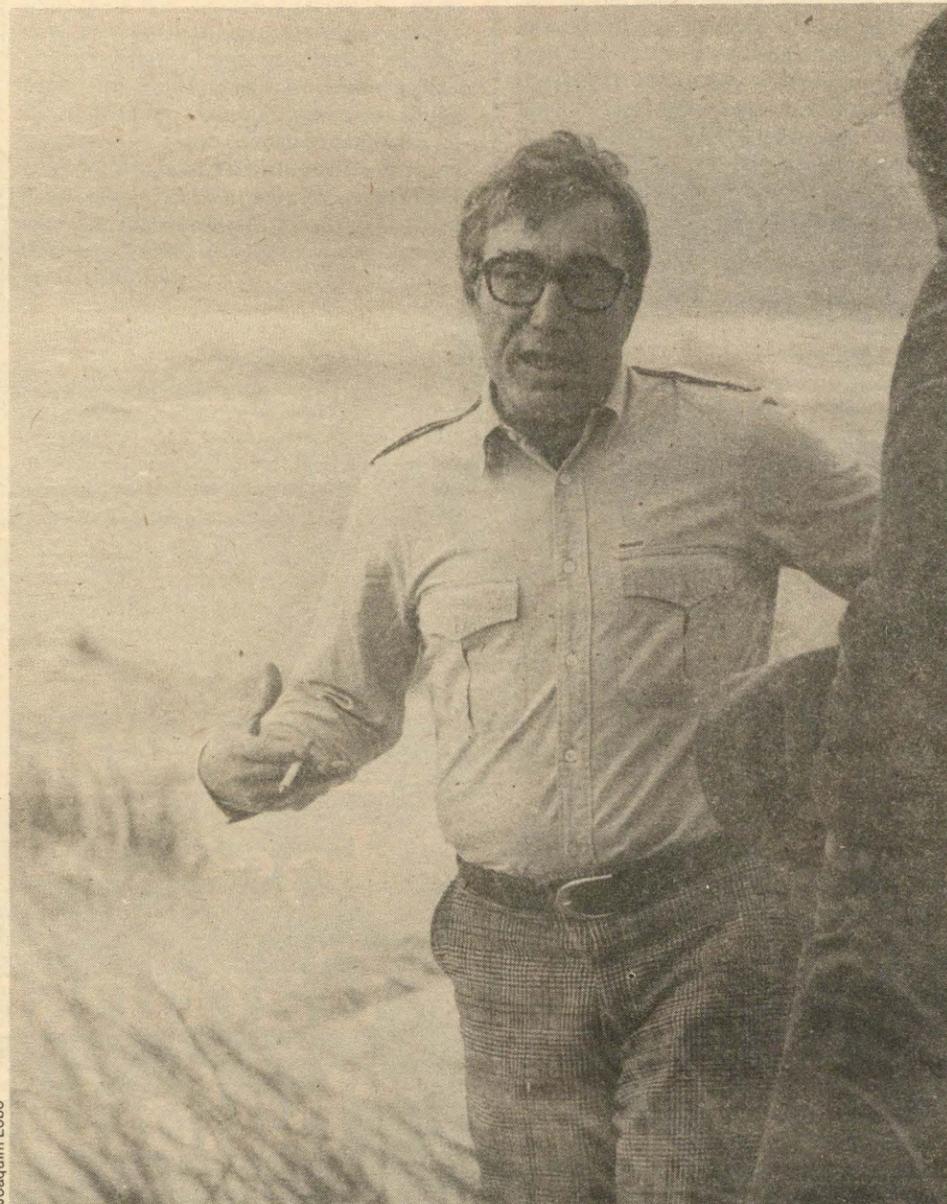
José Cardoso Pires sobre «Balada da Praia dos Cães»

“O meu romance é uma valsa de conspiradores”

António Mega Ferreira

3 de Dezembro de 1982. Nesta época do ano há um frio danado a lamber a Praia dos Cães. Tão-pouco o sol chega para romper as neblinas inverniais, aconchegadas à cumplicidade do mar bravio. Pelas três e meia da tarde um estranho grupo apeia-se de um Mazda azul, meio desconjuntado. Galgam o asfalto da estrada que envolve em cintura suave o topo da praia, iniciam a descida pelas dunas, os três a trote incerto, de pé cambado. São os três de baixa estatura, ou média, quem estivesse à distância dificilmente o poderia dizer. Um deles, o mais velho, é quem visivelmente comanda o bando, um cigarro ardendo-lhe nos dedos, a mão esquerda no bolso das calças, o cabelo grisalho colado à cabeça, forte e entroncado. Depois, ligeiramente mais alto, o segundo, cabelo preto já a rarear, debruça-se para a frente, talvez em perguntas, certamente, sim, certamente em perguntas. Seguindo-lhes os movimentos, uns metros atrás, o terceiro, cabelo louro escasso, máquina fotográfica a tiracolo, não tem olhos senão para o mais velho. Descem uns bons duzentos metros em direcção ao mar. Cruzam-se com restos de férias, um saquinho vazio de batatas fritas, uma embalagem perdida de detergente, talvez pedaços de jornal (mas, pensando bem, já ninguém vai em piquenique para a praia com a merenda enrolada em papel de jornal). Chegados a uns vinte metros de uma duna pequena, do lado de trás da qual se adivinha o mar, o mais velho estende o braço esquerdo, armado de cigarro fumegante, e dispara: «Foi ali que o enterraram. Eles andaram para trás e para diante, à procura do melhor sítio. Decidiram-se por este aqui, na esperança de que, inumando-o do lado de cá, adiaríamos o momento em que o mar e o vento o revelariam à superfície. Afinal, enganaram-se: os cães pouparam o trabalho aos trabalhos do tempo.»

Não chega a assobiar o vento, mas há um frio insidioso a morder os ossos. Dói o silêncio com os ladridos da cãozoda litorânea, pressentida lá para trás, por entre as árvores. O mais velho retoma: «Foi aqui que o encontraram.» Pensa-se num cadáver de homem, de cerca de cinquenta anos, segundo reza, a partir de agora, a balada pela qual o facto passará à História. Estatura média, magro, as feições já alteradas pelo tempo de decomposição, a boca talvez convulsionada no mo-



Joaquim Lobo

«Sinto-me desorientado; neste momento, não sei distinguir uma apreciação justa de uma apreciação injusta sobre este livro»

mento da morte, o cabelo comido sobre o crâneo, na região onde lhe vibraram golpes «a acabar», os sapatos calçados ao contrário. Uma perna assomou primeiro, roída pela conspiração de cães que ali se ajuntou para o desfrute.

Pensa-se no cadáver, para se evitar pensar no livro — ou vice-versa. Num como noutro caso, a investigação deverá processar-se com infinitas cautelas. O homem de cabelo branco está, no entanto, de melhor ânimo que os conspiradores. Dispõe-se a colaborar. Chama-se José Cardoso Pires, tem pouco mais de cinquenta anos, é ele o autor confesso do livro a que, por golpe misterioso que ao in-

quiridor compete desvendar, chamou «Balada da Praia dos Cães».

Os mesmos continuam a ladrar, perdidos na distância de arvoredo. O jornalista esfrega as mãos uma na outra, enquanto o da máquina, à míngua de cachorro brincalhão que lhe salte às canelas, dispara, dispara, dispara. «Frio de cão!», rosna o jornalista, entre todos os dentes.

Precisamente.

Dissertação sobre um livro

No Outono de 1961, o escritor José Cardoso Pires recebeu um documento de

22 páginas, dactilografado, «redigido por um jovem que meses antes fora condenado a pena maior como co-autor de um homicídio». Cardoso Pires não conhecia o autor do relato, a não ser pelo nome, que andara nas páginas dos jornais, no período compreendido entre a descoberta do cadáver de um oficial do Exército evadido meses antes do Forte da Graça, em Elvas, onde cumpria pena por tentativa de «sedição», e a condenação dos autores do homicídio, lida na madrugada de 21 de Maio de 1961, no Tribunal da Comarca de Sintra.

«O crime apaixonara de facto a opinião pública», recorda Cardoso Pires. «Desde o momento da descoberta do cadáver se pressentira estarmos perante um caso mais importante que um simples ajuste de contas, passional ou de natureza comum. O morto era um conhecido oficial do Exército, aventureiro, fantasioso, dotado de uma coragem física absolutamente invulgar. Rapidamente se compreendeu que a sua morte estava relacionada com as actividades conspiratórias em que se envolvara, contra o regime fascista. Pouco tempo depois, concluía-se pela culpabilidade dos seus três companheiros, dois homens e uma mulher, que tinham vivido com ele em local relativamente isolado, fora de Lisboa, desde a sua evasão do Forte de Elvas, em fins de 1959.»

O relato de um dos criminosos chegara às mãos de Cardoso Pires através de uma amiga comum, então asilada na Embaixada do Brasil, em Lisboa. «O que me impressionava no relato era a lucidez, a coragem, o distanciamento, com que o autor, então condenado a 19 anos de prisão maior, descrevia a tragédia. Não havia nele nem remorso, nem ressentimento; pelo contrário, colhia-se a sensação de que a tragédia de que fora protagonista se tornara inevitável, de que ele figurara, por assim dizer, como mero comparsa de uma acção inelutável.»

Durante anos, José Cardoso Pires terá dito para si próprio: «Que farei com esta carta?». A ideia de pegar no tema surge-lhe talvez em 1975. «Foi a partir dessa altura que, quer por contactos, quer pelo acesso à documentação existente nos arquivos das polícias, me foi possível aprofundar o caso. Desde o primeiro momento o que me interessava na história era a possibilidade de ela ser, de alguma forma, exemplar em relação ao tipo de sociedade fechada em que viveramos até 1974. Talvez já no relato que me chegara às mãos eu tivesse pressentido que o seu autor assumia o assassinio do oficial do Exército como mero episódio de uma tragé-



Director
José Carlos de Vasconcelos

Coordenadores
Augusto Abelaira, Eduardo Prado Coelho e Fernando Assis Pacheco

Grafismo
João Segurado, José Pinto Nogueira e Joaquim de Brito

Colaboram neste número: Agustina Bessa-Luis, Alcino Pedrosa, Anália Torres, António Duarte, António Mega Ferreira, António Sena, Bernardo Pinto de Almeida, Christian Berner, Fernando Pereira Marques, Francisco Vale, Gabriel Garcia Márquez, Isabel Marnoto, Irineu Garcia, João de Freitas Branco, José Fernandes Fafe, José Manuel Cortés, Júlio Pinto, Maria Antónia Fiadeiro, Maria João Brilhante, Maria José Jorge, Maria Ondina Braga, Mário Jorge Torres, Nuno Júdice, Paulo F. Ramos, Sílvia Chicó e Trindade Santos.

Fotografia
Joaquim Lobo e Inácio Ludgero

Redacção: Av. da Liberdade, 232 — r/c — 1200 Lisboa. Telefones: 574520/574593/574643. Telex: 18386.

Propriedade: Publicações Projornal, Lda.

Administração, Publicidade, Serviços Administrativos e Comerciais — Publicações Projornal, Lda. — Rua Rodrigues Sampaio, 52, 2.º — 1000 Lisboa. Telefones: 404 37 / 412 60 / 53 60 05.

Direcção de Administração: António Gomes da Costa, Henrique Segurado Pavão e José Silva Pinto.

Composto na Intergráfica — Publicidade e Artes Gráficas, Limitada.

Impresso na E.P.D.P. (Empresa Pública do Jornal «Diário Popular»).

Distribuição: Dijornal — Distribuidora de Livros e Periódicos, Limitada. Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º direito — 1000 Lisboa. Telefones: 65 73 50 / 65 74 50.

Boletim de assinaturas pág. 26

Tiragem média
no mês de Novembro
23 900 exemplares

PORTE
PAGO

dia maior, como a consequência lógica de um sistema de medo e de mentira.»

A uma primeira leitura, «Balada da Praia dos Cães» é, muito directamente, isso mesmo. Recordo-lhe a insistência com que ele próprio se socorre de uma frase colhida no relato do «arquitecto»: «o medo é uma forma dramática de solidão». Cardoso Pires: «À medida que ia conhecendo os pormenores do processo, cada vez me convenciam mais que o que estava em causa naquele crime era precisamente o mecanismo de um sistema em que o medo reinava totalmente, e totalmente irresponsabilizava a mentira.»

(Numa sociedade fechada, dominada pelas polícias e pelo medo, o drama configura-se como uma espécie de exorcização da solidão de cada um dos actores. Mata-se para se criar uma qualquer cumplicidade, como Mena: «não sentiu repulsa nem estranheza ao pegar na pistola. Obedeceu talvez por um instinto de companhia, não é fácil explicar») (pág. 233)

A primeira versão do livro estava longe de servir este objectivo. «Eram umas cem ou cento e vinte páginas, totalmente centradas sobre as personagens do crime. Era muito insuficiente. Em primeiro lugar, porque, sendo certo que não me interessava contar o crime pelo crime, era indispensável que eu me distanciasse dos factos o suficiente para poder sobre eles deitar um olhar diferente. Se a situação era paradigmática, como eu pensava, a única forma de a abordar era pôr, entre mim e os factos tal qual se tinham passado, uma distância cada vez maior. Nessa primeira versão eu não via, francamente, qualquer definição superior. A Polícia Judiciária quase nem aparecia; as personagens impunham-se, na emergência dos factos constantes do processo. Ora, é aí que o ficcionista se separa do jornalista...»

(Afastemo-nos, irmão. Tal distinção, venenosa, retoma-a José Cardoso Pires de outra, apaixonante, acaresação. Suponho que na véspera: uma, duas horas de exercício dialéctico sobre o que é ser jornalista e o que resulta de ser um escritor. O escritor (ele, Cardoso Pires) entente que todo o jornalista é, inevitavelmente, um escritor. Socorre-se das definições americanas: um writer é um escritor que é um escritor; o editor, oh, esse não é um escritor. Mas aqui, quando toca à ficção...)

«O ficcionista visa uma dimensão posterior dos fenómenos. Na realidade, ele não tem que se cingir aos factos, embora seja certo que não pode viver sem eles. Só que a tarefa do jornalista é mais imediata. A ele compete-lhe o relato dos factos a quente; ao ficcionista cabe extrair dos factos uma dimensão exemplar, à distância. Nesse sentido, o ficcionista é um moralista. No caso presente, a posição do ficcionista não podia ser outra do que a de identificar, através do caso concreto, o perfil de um colectivo culposos.»

Dissertação sobre a culpa

Digo-lhe que esta «dissertação sobre um crime» que, emblemática frase, colou ao título escolhido, vale para mim quase como uma dissertação sobre o «crime de ser português». Cardoso Pires exalta-se (ele exalta-se pouco, tomamos nota ó polícias atentas, presentes e futuras): «Mas então não é isso, essa culpa original, aquilo que comanda os nossos comportamentos? Tudo isso está nas nossas respostas, na mitificação das nossas respostas. Repare como a nossa história recente é uma ilustração da grande conspiração da irresponsabilidade em que nos afundamos. Há um chefe de partido que é pública e notoriamente acusado de se contradizer de um dia para o outro? Pois que responde o ilustre dirigente, senão socorrer-se da palavra de um antigo conspirador profissional, por sinal um grandecíssimo filho da mãe, que dizia que 'só os burros é que não fazem marcha atrás'? E a nossa ati-

tude acorrida perante tudo o que é estrangeiro é outra coisa do que essa culpa que historicamente estamos destinados a expiar?»

Acalma-se, porque manda a ética da inquirição que não se exaspere o inquirido para lá dos limites do verbalizável (aí dele, que ali atrás disse coisas que não podem ficar averbadas. Mas adiante.) Estamos já no universo da segunda versão.

«Se a primeira versão tinha metade da extensão do original definitivo, a segunda cresceu aí umas quatro vezes. Eu estava convencido que tinha tocado na pedra quente: cada vez mais o caso se transformava em paradigma. O conhecimento do que se passou naquela casa convenciam-me cada vez mais da lógica da responsabili-

Literalmente, Elias Chefe vai à caça de minhocas para pasto do lagarto que alimenta em cativo. Coisa medíocre, dir-se-á, até repugnante. Coisa onanista, por excelência, porque Elias é o lugar onde o escritor inscreve «a solidão absoluta das personagens». Exercício de «voyeur» o do exemplar chefe de brigada, que espreita a medo, pelo judas da cela, os seios nus de Mena, e o do pedreiro que fora duas ou três vezes lobrigrar de longe, sem complexo, o busto da lasciva, assomando a uma janela da casa fatídica. Exercício de «voyeur» o do major (e de exibicionista, en plus) que apalpa o semblante da companhia insinuando os dedos na geografia acidentada da

sobre esta imagem: a de pares que se enlaçam por palavras e desandam e, quando voltam ao mesmo sítio, são já diferentes.

Cardoso Pires dá com a mão na testa: «É boa! Você acha mesmo isso? Mas é extraordinário, porque, pensando bem... Ora, deixe cá ver... É isso mesmo! Mas palavra que nem pensei nisso. E é verdade, sim senhor, o Elias até diz: Ora agora mentes tu, ora agora minto eu, mentia tudo, minha gente.»

E não é isso a «Balada»? «É isso mesmo. É boa! A valsa dos conspiradores», estremece-se o escritor. Passo seguinte: a identificação dos valsantes. Cardoso Pires figura como testemunha de acusação: «Falei-lhe atrás dessa sociedade do medo que era a sociedade portuguesa desse



«Uma valsa de conspiradores? É isso... O Elias até diz ora agora minto eu, ora agora mentes tu, mente tu do minha gente»

zação colectiva. O que ali reinava era um monstruoso sistema de mentira organizada, uma mentira tácita, vá lá, pela qual cada um dos quatro actores protegiam a sua própria solidão, ou se dissolviam nela, não sei. Aquilo era o microcosmos do medo instalado à escala nacional. A mulher tinha medo do oficial do Exército, este tinha respeito à capacidade intelectual do arquitecto, o arquitecto tinha medo do major, o major tinha medo do cabo. Ora, qualquer que fosse a volta que eu desse a isto, ia sempre parar à mesma coisa, à essência do drama: digamos, a uma espécie de encenação da mentira, a uma mitomania levada aos extremos da vida e da morte.»

Entra a Polícia. Elias Santana é o lugar privilegiado em que convergem a metafísica do medo e a dor física e moral da solidão. Manda-se prepotentemente, executa-se mentirosamente. O nexos entre os quatro actores do crime e o inquiridor estreita-se. «O que me interessa, a partir daí, é ligar essa culpa interiorizada, muito nacional, aos sinais exteriores da prepotência, ou seja, à lógica do exercício do poder. O autoritarismo não é, aliás, específico da estrutura policial. Que é a relação entre o major e o cabo senão uma relação de dominação hierárquica e de classe? De tal forma que, quando o arquitecto vai ter com o cabo e lhe diz que têm que matar o major, o homem limita-se a comentar: «Passou a vida a humilhar-me.» É então que avulta uma certa imagem da cidade de Lisboa que me interessa dar. É uma espécie de pano de fundo, quase de geografia familiar, provinciana, onde a prepotência vive paredes meias com a pequena traição e a inesperada baixeza, essa Lisboa que é lugar de itinerário do chefe de brigada Elias Santana. E, veja como, na versão definitiva, ele se perde e se ganha no emaranhado da Lisboa velha, à procura sabe-se lá de quê...»

amante. Exercício de «voyeur» o do escritor que a isto tudo assiste e tudo manipula, conduzindo os títeres escolhidos da entrada até à predetermined saída do labirinto?)

José Cardoso Pires saudará a associação como uma pista nova em que, porventura, não tinha pensado: «Isso é muito bem observado. O «voyeur» é, no fim de contas, o que experimenta uma certa frustração por uma realidade em que não participa. É bem capaz de estar tudo na versão definitiva. Sim, há um «voyeurismo» carregado, particularmente na figura do chefe de brigada, e, em certa medida, é de uma impotência que se trata.» Abana os braços, acende um cigarro: «Vê, eu bem lhe disse que ainda não estava em condições de dar uma entrevista sobre o livro. Ainda não tenho a distância suficiente. Para já, sinto-me desorientado: sou incapaz de distinguir entre uma apreciação justa e uma apreciação injusta.»

Está como o «boxeur» que deu tudo o que tinha no décimo terceiro assalto e não pôs o adversário KO. O décimo quarto assalto, esse, tanto se lhe dá como se lhe deu, que o desclassifiquem ou que o espanquem. Cardoso Pires ri abertamente: «Como eu gostava que isso fosse verdade!»

Invitation à la Valse

Estão de pé, o escritor e o jornalista. Entrestudam-se, animal acochado e fera não muito segura de si (vá lá saber quem é quem, nesta caça subtil). Convido-o a um pé de dança. Eis como lho disse: «Quase no final do romance, reconstituída a trama de equívocos e ficções que alimentavam aquela casa, o Elias diz: «Este processo é mas é uma valsa de conspiradores.» Ora todo o livro está construído

tempo. Os vértices desse medo eram o fascismo, a esquerda rotineira, o sistema da mentira. Porque o que é verdade é que, durante décadas, houve neste país uma oposição da conspiração profissional, republicanóide e mitômana, cuja fantasia megalômana constituía o melhor campo de treino dos métodos policiais do fascismo. O que se passa naquela casa onde coabitam aqueles quatro seres é a caricatura (no entanto, real) do que foi uma parte da conspiração antifascista neste país, durante muito tempo. O que era essencial era manter-se o moral, e para isso mentia-se, mentia-se sempre. Mas era o país inteiro que valsava: mentiam os polícias uns aos outros, e os conspiradores, e os jornais, e a propaganda, e os políticos. E todos alegremente se desculpavam da sua realíssima impotência para mudar as coisas.»

«Naquela casa o tempo e as pessoas repetiam-se por ecos» (pág. 59); espaço romanesco repetido e repetitivo, ele são as declarações de Mena, os gestos de Elias, o rigor burocrático do desperdício, o código falacioso de investigação. Que é a PJ do romance que não seja já a silhueta perfilada da PIDE, sempre na sombra, e, no entanto... «A sombra, estimado irmão, é o castigo do vivente», lido e sublinhado a páginas 44 da primeira edição de «Balada da Praia dos Cães».

Dissertação sobre o método

Da terceira versão estamos, afinal, a conversar há boas dezenas de linhas. Cardoso Pires é bom declarante. Reparo na capa do livro, cães de praia recortados sobre o mar. Aqui dentro, 256 páginas, é

o império onde se move Elias Santana, chefe de brigada. Coisa não totalmente nova: lembra «O Delfim», não desfazendo. Aquela ideia nuclear da investigação policial «acaba por ser deliberada», diz Cardoso Pires. E mais declara: que é um mau leitor de livros policiais e que não é o «plot» ou o «approach» policial que lhe interessa. «O que acontece é que estamos carregados, ainda hoje, de uma carga policial que nos «justifica» na nossa impotência. Convivemos tanto tempo com a lógica policial que acabamos por compreendê-la melhor do que as lógicas particulares, individuais. A polícia, meu caro, a polícia é a nossa tranquilidade. É também o álibi da nossa irresponsabilidade. E o medo é aquilo com que, de nós, melhor nos damos.»

Mente-se, portanto. E no romance? «No romance, recria-se uma realidade. Há numerosos elementos que ali faço figurar, não porque realmente constem do processo, mas porque definem o ambiente, o tempo que se vivia. Certas pistas estão voluntariamente baralhadas, porque o que de forma nenhuma me interessava era que o leitor estivesse em condições de reconhecer na narrativa, passo a passo, o retrato de um processo real. Insisto: o meu método não é o de Norman Mailer ou o de Truman Capote. O processo não é a matéria do meu romance, mas o seu ponto de partida.»

E de chegada? A morte do major é ou não é, mais do que uma eliminação política, uma morte ritual, digamos, um certo apagamento da origem próxima do medo — logo, da solidão? «Há um lado ritual nessa morte, tal como ela é reconstituída no fim do livro. E, sem entrar em psicanálise de quinta ordem, sempre lhe digo que não é por acaso que todas as personagens são, directa ou indirectamente, condicionadas — eu diria que elas são nostálgicas — da figura do pai. Pai ausente, pai desejado, pai adoptado ou adoptante, situação que constantemente refiro; e de passagem porque, a partir de certo ponto, já não me interessava entrar por esses caminhos. Mas esse fenómeno impressionou-me muito: o próprio major, no seu delírio final, assemelhava-se cada vez mais a uma figura de pai, que encarnava quer na sua relação com a Mena, quer na sua relação com o arquitecto e o cabo.»

Um pai tirano, ou, para melhor colar à economia do romance, um «pai» demenciado, confinado à reprodução da mentira e ao exercício da violência, como sucedâneos da virilidade perdida. «É então que aquele grupo entra em autofagia. E até nisso o caso me parece exemplar. A autofagia foi, em grande parte, o destino da conspiração durante os anos do fascismo.»

Dissertação sobre os cães

(A história despe-se, por fim, do ha-



Joaquim Lobo

José Cardoso Pires na Praia dos Cães, 3.12.82

«De modo que entre o facto e a ficção há distanciamentos e aproximações a cada passo...»

lo romântico que a nimbava. A sor-didez aparece à luz do dia, como esse joelho despedaçado por cães esfaimados, numa manhã de Abril de 1960. Passo a passo, da Praia dos Cães sobe-se à Vereda, da Vereda ao Conde Redondo, deste está-se a um salto do Campo dos Mártires da Pátria. Elias à caça de alimento para o lagarto, Elias solitário sujeito à humilhação de uma proposta desonesta que lhe é feita por um paraquedista em noite de cio. O romance fecha-se sobre um desfile sonâmbulo de jaulas de circo, do interior das quais assomam os rostos ensonados dos tratadores. O romance fecha-se. No universo da «Balada» não há salvação, talvez porque não houve espaço, nem voo, nem coragem, para enfrentar até ao fim o risco da própria perdição.)

Mas isso, claro está, não é a realidade: «Houve muita coisa que cortei, porque era de tal forma chocante que as pessoas não iam acreditar que fosse verdade. E,

no entanto, está tudo nos processos... Para que o romance atingisse os seus objetivos, era preciso eliminar tudo o que, por demasiado sensacional, me amarrasse à narrativa do processo. Agarrei-me apenas à ficção.» A uma ficção de medos e menti-

ras, de jaulas, de gaiolas, de transparências; de pavões, de gaios, de generais corruptos, de focas e de melros, de pavores e angústias. De cães.

«Mas Portugal é um país de cães! Há cães por toda a parte! Já no século XVIII eram um flagelo terrível, e na Outra Banda, então... Olhe, eu escrevi grande parte do romance na Costa da Caparica. Ao amanhecer via vir aquelas matilhas enormes, da beira do mar para terra.» E chamou-lhe balada, porque «à maneira das baladas inglesas, o que eu pretendi foi escrever sobre um acontecimento real já tocado pela lenda.»

Nada de música, portanto, neste título que poderia ter sido outra coisa se, como hoje, ao frio da praia, não se ouvisse o uivar colectivo, anónimo, a chamar solidiedades ou a espantar medos caninos, policiais. Porque a «Balada» é, finalmente, uma metáfora do tempo presente, um romance sobre Portugal e, insisto, sobre o «crime» de ser português. Cardoso Pires mete a segunda, olha em frente estrada fora, sobre cujas bermas se derramam bandas de cães farejantes: «Não sei. Se você o entende assim... O que eu gostaria era que, quando o leitor acabasse de ler este livro, dissesse como aquela personagem do «Salaire de la Peur»: «A Venezuela não existe. Eu estive lá.»

Faz um silêncio pensativo, conduz com cuidado, a tarde já declina, lá fora, sobre os rochedos. «Eu não queria que as pessoas tivessem a certeza sobre se isto é verdade ou mentira, sobre se foi real ou ficção. Gostaria que pensassem: isto não aconteceu, mas ele esteve lá.»

(Ladram novamente os cães e correm, sabe-se lá por que faro de escondidas amizades, a mordiscar os pneus do Mazda. O jornalista enterrou-se no lugar do morto, que aqui lhe convém à medida justa. Porque, finalmente, esta entrevista nunca existiu; as declarações é que são de José Cardoso Pires.)

Praia dos Cães, 3-5 de Dezembro de 1982

ANTÓNIO CRUZ AUTOGRAFA HOJE

A PARTIR DAS 21,30 H., NA CASA DO INFANTE
RUA DA ALFÂNDEGA-PORTO

O PINTOR E A CIDADE

ÁLBUM DE 20 AGUARELAS SOBRE O PORTO
COM UM TEXTO DE AGUSTINA BESSA LUÍS
PUBLICADO PELA EDITORIAL O OIRO DO DIA

É UM DOS LIVROS MAIS BELOS QUE SE PUBLICARAM EM PORTUGAL. RARAS VEZES TEXTO E IMAGEM SE TERÃO ARTICULADO TÃO EFICAZMENTE, COMO EM O PINTOR E A CIDADE, QUE A OIRO DO DIA ACABA DE PUBLICAR, COM TEXTO DE AGUSTINA BESSA LUÍS E AGUARELAS DE ANTÓNIO CRUZ. RARAS VEZES SE TERÁ VISTO ENTRE NÓS UMA EDIÇÃO TÃO PRÓXIMA DA OBRA DE ARTE QUE SE TORNA DIFÍCIL FALAR SOBRE ELA, ENQUANTO EDIÇÃO; TÃO PRÓXIMA DA PLENITUDE DO TEXTO E IMAGEM, QUE MAIS DIFÍCIL SE TORNA REFREAR O ENTUSIASMO; TÃO PRÓXIMA DO PORTO QUE SE TORNA AINDA MAIS DIFÍCIL ACRESCENTAR SEJA O QUE FOR SOBRE AS SUAS PÁGINAS.

VASCO GRAÇA MOURA, IN SEMANÁRIO O JORNAL 26.11.82.

NO DECORRER DESTA SESSÃO DE AUTÓGRAFOS

- MÁRIO CLÁUDIO LERÁ UM TEXTO INÉDITO: QUATRO TOPOGRAFIAS DE ANTÓNIO CRUZ.
- O GRUPO DE MÚSICA ANTIGA DO PORTO ESTARÁ PRESENTE COM PEÇAS DE AUTORES DOS SÉCULOS XII, XIII, XIV E XVI.
- SERÁ PROJECTADO O FILME REALIZADO POR MANUEL DE OLIVEIRA O PINTOR E A CIDADE.

A EXPOSIÇÃO DE AGUARELAS DE ANTÓNIO CRUZ SOBRE A CIDADE DO PORTO E OUTROS LUGARES ESTÁ ABERTA TODOS OS DIAS DAS 14 AS 19 HORAS E AOS SÁBADOS E NAS VÉSPERAS DOS FERIADOS DAS 21 AS 23 HORAS.

O mais completo veículo do movimento literário brasileiro

Faça ainda
hoje a sua
assinatura

ASSINE

LEIA
LIVROS

NOME
ENDEREÇO
CEP CIDADE
ESTADO PAÍS

Envio anexo cheque nominal (ou vale postal) de 880,00 para Editora Leia Livros Ltda. em pagamento de uma assinatura anual do jornal *Leia Livros*. Assinatura para qualquer lugar no exterior: US\$30.

Assinatura

ENVIAR PARA CAIXA POSTAL 30.273 — CEP 01000 — SÃO PAULO — SP